

Dívida externa

20 DEZ 1986

Informa-se que os países credores do Brasil, membros do chamado Clube de Paris, estão dispostos a negociar o reescalonamento da dívida externa brasileira, a partir de 19 de janeiro. De acordo com o depoimento de vários observadores, há um clima bastante favorável e propício a um entendimento em torno da dívida externa brasileira. Celebrado o acordo com o Clube de Paris, estaria aberto o caminho para um entendimento mais amplo do nosso país com os demais banqueiros internacionais.

É importante que esse acordo seja realizado o mais breve possível. O interesse no caso é mútuo. Nas relações políticas e econômicas do mundo dos nossos dias, o Brasil tem um peso específico, reconhecido pelos seus mais qualificados parceiros internacionais. Não foi por acaso que alcançamos a posição de oitava economia do mundo em termos de produto interno bruto. Nossa indústria modernizou-se e ampliou-se em todos os campos, o parque fabril aperfeiçoou-se e seus produtos ganharam nível de qualidade e de competitividade de preços no mercado mundial.

Ao mesmo tempo em que isso ocorria, o Brasil abriu-se politicamente, depois de 21 anos de predomínio de um regime autoritário. Com isso ganhamos simpatia e receptividade por parte das demais nações democráticas do mundo, a cujo convívio retornamos. A comunidade internacional revela também melhor compreensão e boa vontade para os problemas com os quais nos defrontamos.

No entanto, é preciso ter em mente que todos os países, mesmo os de economia dirigida, como a China Comunista e outros do Leste Europeu, revelam-se atualmente propensos a aceitar a colaboração e a ajuda

do capital estrangeiro. O Brasil, como um país em crescimento, mais do que qualquer outro precisa do investimento estrangeiro, a fim de atender a demandas de todo tipo, especialmente as que estejam diretamente relacionadas com a criação de novos empregos. De acordo com a palavra de economistas de várias tendências, só é possível a um país crescer contando com dois tipos de reservas: a estrangeira, que se faz em forma de empréstimo ou de capital de risco; e a interna, promovida através da poupança de cada um dos seus habitantes.

Na medida em que os representantes brasileiros obtenham um acordo com os banqueiros internacionais, estaremos consolidando também as bases para a criação de condições propícias ao investimento estrangeiro em nosso território. Claro está que o governo não irá abrir as portas ao capital alienígena de forma indiscriminada. Isso tem de ser feito obedecendo a uma política criteriosa, que leve em conta acima de tudo os superiores interesses do povo brasileiro.

É bom não esquecer, afinal de contas, que o Brasil, após 42, erigiu uma economia nacional em bases bastante sólidas, cujo legado nos cabe preservar. O país tem todas as condições de ingressar no ano 2 mil com o pé direito, projetando-se internacionalmente como uma das nações mais importantes da Terra. Mas para alcançar esse objetivo precisamos racionalizar nosso comportamento e decisões, não nos deixando, em absoluto, atrair por promessas ou atos miraculosos. Todas as nações desenvolvidas só chegaram ao patamar em que se encontram, graças ao trabalho árduo e ao espírito de patriotismo de seus povos e de seus dirigentes. É o exemplo que nos cabe seguir.